

POLÍTICA INTERNACIONAL

A Conferência de Gênova

A política universal da Inglaterra obedece hoje à influência de duas convicções fundamentais. Uma é a de que é impossível a Alemanha cumprir todas as obrigações de reparação. A outra é a de que não se pôde resolver o problema do equilíbrio da Europa e do mundo sem a cooperação económica da Alemanha e da Rússia. De tudo isto depende a verdadeira paz, sem a qual também não pôde haver a confiança que gera o crédito da produção e do comércio, como o primeiro ministro inglês acaba de acentuar.

M. Lloyd George apresentou claramente na Conferência de Cannes a idéa de se admitir na de Gênova, convocada para para 8 de março, a colaboração da Alemanha e da Rússia. Tanto bastou para que M. Briand, arrastado até certo ponto pela orientação de M. Lloyd George, tivesse de entregar o poder a M. Poincaré, verdadeiro chefe da política nacionalista francesa. Esta quer a execução do tratado de Versaillies, e portanto, as devidas garantias, sem o que lhe désagrada fundamente a cooperação da Alemanha. Ao mesmo tempo vê com maus olhos a da Rússia, enquanto subsista o sovietismo.

M. Poincaré não se comprometeu com radicalismos na sua declaração parlamentar. Mas pediu o adiamento da Conferência de Gênova, que poderia assim não vir nunca. Se ela se retinir, julga-se possível que a França a inutilize, por uma comparência meramente protocolar, frustrando-lhe os desígnios.

A Conferência foi convocada directamente pelo Conselho Supremo e não pela Sociedade das Nações. Porquê? Porque a esta não pertencem os Estados-Unidos, a Alemanha e a Rússia. Mas então se vê praticamente que a Sociedade tenderia assim para uma representação decorativa. Seria feito fóra da sua intervenção o que pareceria constituir objecto das suas funções primaciais.

A Conferência de Gênova tem por fim examinar os problemas respeitantes às moedas, câmbios, circulação fiduciária, créditos internacionais, públicos e privados, bancos centrais e de emissão, transportes e finanças dos Estados nas suas relações com a reconstrução económica. Depois atacará o do restabelecimento da paz europeia em bases consistentes. Ela será como que a repetição da Conferência de Bruxelas, com mais amplitude nos objectivos e nas potências representadas.

Mas por cima destes grandes assuntos há dois formidáveis problemas que se não resolvem com o simples desaparecimento das discórdias da Rússia com a Polónia, a România e a Finlândia, e da Ucrânia com a Polónia. Um deles é o das obrigações alemãs, que por expresso acôrdo do Conselho Supremo, não poderá ser discutido na Conferência. A França propõe-se tomar posições para que os representantes germânicos nem mesmo indirectamente possam aludir a êle. O outro é o do regime soviético da Rússia, que não poderá ser lá tratado, embora esteja afectando a situação

mundial. Mas se de nenhum deles se ocupará a Conferência, é todavia certo que o do equilíbrio do mundo continuará de pé enquanto não esteja a Alemanha em um caminho decisivo de reparações e a Rússia não seja reintegrada na liberdade económica. Eis uma das razões por que muitos se acham longe de pôr fé na Conferência de Gênova.

Os assuntos económicos e financeiros serão lá tratados pelos técnicos e especialistas, como já sucedeu na de Bruxelas. O que é de esperar? Principalmente princípios e regras salutareis, como na anterior. Mas que meios poderão ser empregados em cada país para os pôr em prática? Esta é a dificuldade suma. Os Estados precisam de ordem e justiça na sua política, na sua administração, na vida de todas as suas classes. Por aí êles remediarão as enfermidades das despesas, das emissões fiduciárias, das espoliações, das greves, das grandes especulações cambiais, dos preços artificiais ou abusivos e esmagadores. Por aí voltará a confiança, que traz consigo a solidariedade, o crédito, o aumento do trabalho, da produção, do comércio, a ventura possível.

Tal é o caminho para se chegar á cooperação das nações que sem dúvida será o principal assunto económico e financeiro da Conferência. M. Lloyd George acaba também de salientar esta realidade expressiva: «Há hoje mais do que nunca necessidade das nossas mercadorias, mas há menos procura. Não é porque o mundo não possa produzir a riqueza indispensável para pagá-las, se obtém crédito: é porque êste é impossível sem a confiança e a estabilidade.» Este ponto é visivelmente um dos que mais podem interessar a Portugal.

A Conferência de Bruxelas aceitara o projecto de M. Ter Meulen para as nações empobrecidas pela guerra obterem créditos externos, que lhes tornassem possíveis as importações essenciais. O Conselho da Sociedade das Nações decidiu em 14 de dezembro último confiar a um organizador, M. Drumond Fraser, a missão de preparar a sua execução efectiva. Não se esqueça que por tal sistema as garantias dadas ao exportador serão obrigações do Estado, emitidas a favor dos seus súbditos importadores. Acresce que a elas deverão corresponder internamente valores de ouro, que servem de caução e que para isso têm de ser examinados por uma Comissão Internacional de pessoas competentes. Não se imagine que tudo se faz com a facilidade de um esbanjamento!

Nem se creia que existem no mundo capitais anciosos por se dispersarem com circunstâncias mais favoráveis. E' verdade que os mercados do dinheiro são abundantes nos Estados-Unidos e melhoraram na Inglaterra. Mas que lemos recentemente no próprio boletim do *Federal Reserve Board* de New York? «Não se pode perder de vista que todo o crédito que se concede segundo os planos dessa natureza, teriam aplicações possíveis no país.» Completando o sistema acabamos de ver um sério aviso do governo dos Estados-

Unidos. Ele não se representará em' mais nenhuma conferência económica da Europa — a começar pela de Génova — sem o Velho Continente pôr em ordem as suas finanças, acabando com as emissões fiduciárias.

O capital vai para onde julga ser mais útil o seu emprego. Uma das condições fundamentais dêste é a segurança. Por isso a Conferência de Génova há de assentar, como a de Bruxelas, um princípio ainda mais positivo do que o da necessidade de cooperarem financeira e economicamente as nações, pela solidariedade moral e material de todas elas no mundo. E' o de que as empobrecidas têm de prestar garantias, a primeira das quais é a da ordem na sua administração e na sua vida.

Esta realidade irreductível deve estar bem presente aos olhos dos portugueses. Muitos políticos cheios de ilusões desde há dois anos para cá vêm a fazer deslumbramentos com a esperança de grandes créditos e empréstimos externos. Como seriam possíveis, se por causa das nossas desor-

dens governativas e sociais até se evadem para o estrangeiro, aliás condenávelmente, os capitais do país? O ponto de partida para tudo o que podemos desejar no período efectivo da reorganização nacional é entrarmos nêle por nós mesmos, sem o que de nada nos serve ir a Génova.

E' provável que lá se agite mais uma vez a ideia de serem canceladas as dívidas de guerra entre os Aliados. Quão difficil é a sua realização depois de votado no parlamento americano o princípio da consolidação das que foram contraídas a favor dos Estados Unidos! Nada, porém, nos pode interessar hoje, internacionalmente, como aquela solução liberatória. O respectivo crédito da Inglaterra sobre Portugal está agora em 18.472.000 libras esterlinas, segundo as recentes declarações officiosas do nosso Governo. O seu desaparecimento pela forma aludida acabará por ser necessário para a nossa difficilíssima restauração económica e financeira.

Q. DE J.